

## SINALIZAÇÕES DAS MULHERES SERGIPANAS A PARTIR DA BIOGRAFIA DE ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA ALVES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Meirevandra Soares Figueirôa\*  
Universidade Federal de Sergipe

Etelvina Amália de Siqueira nasceu na vila de Itabaiana a 05 novembro de 1862. Filha de José Jorge de Siqueira e de Rosa Maria de Siqueira teve como sua professora primária na sua infância, Esmeralda de Melo. Esta lhe ensinou o aprendizado das primeiras letras.

O primeiro ano de vida de Etelvina foi marcado por um cenário internacional pró abolicionista decretado pelo presidente dos Estados Unidos da América, Abraham Lincoln. Tornou-se adulta e passou a acompanhar as leis abolicionistas participando de atividades educativas e jornalísticas assessorada pelo seu tio o abolicionista Francisco José Alves (1825-1896) fundador de uma sociedade abolicionista em Aracaju<sup>1</sup>.

Há nessa dimensão o ideário imaginário da norteamericana Harriet Beecher Stowe através do livro “Uncle Tom’s Cabin<sup>2</sup>”. Estas inspirações repercutiram na Capital da Província Sergipana em 1882 com a denominação: “A Sociedade Aracajuana Cabana do Pai Thomaz.” Nascida nos Estados Unidos, em 1811, Harriet Beecher Stowe era filha do pregador evangelista Lyman Beecher. Durante alguns anos atuou como professora e sua primeira publicação foi um livro sobre geografia para crianças.

Em 1836, casou-se com um professor de Teologia chamado, Calvin Stowe. Durante a sua trajetória de vida Harriet escreveu poemas religiosos, livros de viagens, histórias para jornais locais, romances para crianças e adultos. “A Cabana do Pai Tomas” é o seu livro mais conhecido e simbolizou a exaltação dos princípios contra a escravidão.

O estilo da autora apresenta consonância com Etelvina Amália de Siqueira que por meio dos seus registros escritos tinha o propósito de combater os maus tratos aos escravos. Contava com a colaboração de outras mulheres para livrar os negros do cativeiro vislumbrando nessa atitude a possibilidade direcionada à emancipação da mulher.

Para compreender a função feminina no século XIX faz-se necessário refletir sobre o motivo pelo qual o magistério passou a ser uma profissão permitida às mulheres vistas como sinônimo de amor, presteza, paciência e zelo, características apregoadas pela sociedade do século XIX. Os impressos nos apontaram dois aspectos: o primeiro é o fato de que a mulher era a que mais facilmente se adequava

a difícil carreira do magistério por ser apontada como alguém dotada de certa “doçura de caráter”. O que pode ser confirmado no escrito abaixo:

*Em quanto o menino mata passarinhos e destroi ninhos com insaciável e implacavel crueldade, a menina brinca com suas bonecas, vestindo as e dando-lhes de comer, interessando-se desde os primeiros anos em primar na conversação e em desenvolver a educação da espécie. (...) Estão fora de duvida o afan e a perseverança com que a mulher se entrega a difícil carreira do magistério, que lhe franqueia em toda parte, e com especialidade nas nossas sociedades juvenis, e caminho para divulgar-se a ilustração e o trabalho, harmonizando-os com a doçura do seu caráter e com as exigências de sua natureza psicologica.<sup>3</sup>*

O segundo aspecto diz respeito ao leque de interferências que a carreira de magistério proporcionou as mulheres tanto na esfera pública como na privada. A busca pela emancipação feminina advém de um período que retrata a passagem da mulher de um espaço pautado na educação do lar para um cenário político educacional.

A maior participação feminina na sociedade por direitos como: liberdade, educação, trabalho e voto garantiram o acesso às mulheres à educação formal garantindo legalmente o acesso às primeiras letras a partir de 1834. <sup>4</sup> O magistério representou um espaço de atuação das mulheres no século XIX por causa do seu grau de aceitação masculina, uma vez que para educar era preciso ter zelo e trato para com as crianças.

Surgiram das escritoras e jornalistas manifestações sobre a importância do estudo e do aprendizado de uma profissão para o desenvolvimento pessoal e a conquista de uma nova posição social<sup>5</sup>. O cenário brasileiro do final do século XIX demarcado por raízes escravocratas e por idéias abolicionistas, forneceu os subsídios necessários à compreensão das atitudes de Etelvina como mulher do seu tempo.

O Dicionário da Escravidão Negra no Brasil <sup>6</sup>contribuiu para o levantamento dos Clubes e Associações existentes no século XIX, assim como, a interpretação dos termos utilizados naquele século. Registrou os quilombos brasileiros e os aspectos sociais, políticos e religiosos dos escravos. O dicionário apresenta a formação de vários clubes e associações abolicionistas no Brasil, dentre eles, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, O Clube Abolicionista

Patroni, O Clube do Cupim, O Clube dos advogados contra a Escravidão, O Clube José do Patrocínio, O Clube Militar e a Escravidão, a Associação Emancipadora da Escola Politécnica, o Clube Abolicionista de Pelotas, O Clube dos Libertos Contra a Escravidão, Sociedade Emancipadora de Mulheres e a Sociedade Emancipadora Campista.

O movimento desencadeado de 1838 a 1889 referenciou diferentes pontos de tensão, desde a existência do decreto instituído pelo Presidente da Província Sergipana José Elói Pessoa da Silva, que em 20 de março de 1838 proibiu o acesso à escola de pessoas que padecessem de moléstias contagiosas fossem de origem africana, livres ou libertas, ao surgimento de várias associações brasileiras, especificamente, àquelas que estavam fundadas em meio aos debates sobre a aprovação da Lei do Ventre Livre.

As informações contidas no “Periódico Critico Litterario de Aracaju” datado em 19 de outubro de 1882, na parte correspondente a “Secção Livre” registrava a expressão do pensamento abolicionista de Francisco José Alves e sua relação com as práticas educativas. O ponto nevrálgico para compreender os discursos do abolicionista e suas aproximações com os da professora Etelvina acerca da educação.

*A instrução é a base em que se firma a liberdade. Promovendo eu a liberdade do misero escravo, nesta província, não posso esquecer-me da educação de seus filhos; por essa razão resolvi abrir uma aula de ensino primário nesta cidade, em casa de minha residência (...).<sup>7</sup>*

A Cabana do Pai Thomaz, propriedade de Francisco José Alves contou com a participação e o envolvimento de Etelvina. Havia uma preocupação por parte de ambos com o acesso das crianças desprovidas de condições às cadeiras públicas primárias da Província Sergipana. Os custos e gastos inviabilizavam a possibilidade de ingresso das mesmas à escola

Nesse sentido, procuramos confrontar as impressões registradas e considerando elementos sustentados por Mignot<sup>8</sup> ao relatar que o seu caráter de investigadora científica lhe permitiu perceber que as cadernetas de anotações deixadas por sua biografada tinham muito a dizer. Assim constatamos que os registros de Etelvina têm muito a nos revelar. O que pensava educação e família encontra-se nos seus escritos, sejam de ordem pública, como a exemplo dos jornais e hinário, ou particulares que por permissão da família encontram-se atualmente registrados em livro<sup>9</sup>. Con-

tamos também com as lembranças gravadas na memória de ex-normalistas, através dos estudos de Freitas.<sup>10</sup>

Etelvina, como abolicionista, coadunava com o ideário de Francisco José Alves. Este mencionou em seus escritos que o mundo civilizado do século XIX exigia o aprendizado das moças nos colégios, mas reclamava a atuação das mães, por reproduzirem para as filhas a mesma educação que tiveram, ou seja, desprovidas do aprendizado de cozinhar, gomar roupas e lavar seus próprios vestidos, por mais que fossem finos e requintados. Esta forma de criação por parte das mães gerada pelos mimos foi questionada pelo abolicionista como algo que poderia impedir a prosperidade do país:

*As mães pela forma que foram educadas por essa mesma forma, educação suas filhas, cheias de prejuízos e de orgulho. Não há uma só, que mande suas filhas coser em uma machina a roupa de suas escravas, que ensinne a ellas a lavarem em casa seus vestidos, por mais finos que elles sejam (...)*<sup>11</sup>

Nos registros de Etelvina encontramos protestos no sentido de conclamar as mulheres a pensar sobre a liberdade dos escravos, responsabilizando-as pela tarefa de educar seus filhos sob outro prisma e estabelecer um equilíbrio familiar. A mulher deveria ser companheira do homem em todos os momentos. Associou a tarefa da mulher a uma missão. O estilo de vida dos escravos suscitou na abolicionista preocupação com o futuro do país:

*... (...) Eduque-se convenientemente a mulher, façam-na conceber as verdades de sua missão, liberte-se seu espírito das garras da vaidade, que conduz insensivelmente ao abismo de todos os vícios, e teremos completa a nossa sociedade. Mas não se compreenda que uma leve educação se recebe nos colégios e academias, ela tem o seu berço na família, e só uma mãe solícita e inteligente pode dirigir com proveito as faculdades de seu filho.*<sup>12</sup>

Advinda de uma família pobre, Etelvina ingressou no Asilo Nossa Senhora da Pureza, instituição que desde o ano de 1877 representou um importante passo para a profissionalização da mulher. É necessário pontuar que, embora esquecidas pelos estudos biográficos, outras mulheres atuaram como professoras ou jornalistas ou em ambas as funções ao mesmo tempo.

Há mulheres pouco lembradas pela historiografia sergipana, como é o caso de Maria da Conceição Perdigão Ferraz, costumeiramente chamada de Concita Ferraz que nasceu em 26 de maio de 1895 e faleceu em 14 de agosto de 1915. Filha do bacharel Deusdedith da Silva Ferraz e de Maria Amélia Perdigão Ferraz. Realizou seus estudos literários e de Educação Doméstica no Amazonas e retornou a Sergipe apenas no ano de 1914. Na referida terra natal colaborou com o jornal “O Diário da Manhã”, publicando versos líricos. Redigiu no Maranhão o jornal literário “Folha da Rosa”, que teve pouca duração devido ao seu falecimento.

Outra mulher que poderemos destacar é Guiomar Calasans Gonçalves nascida em Aracaju no ano de 1891. Como estudante da Escola Normal colaborou em “O Diário da Manhã” e “O Nectydaus de Aracaju”, utilizando o pseudônimo de Celina Valder e escreveu algumas poesias como “A Dor da Saudade Aranha”, em 24 de abril de 1912, homenagem dedicada ao amigo Cícero Pinto, em 28 e 29 de maio de 1912<sup>13</sup>. A seguir, realizou exames preparatórios no Atheneu Sergipense e depois se matriculou no curso de Odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia. Os registros deixados apontam indícios pertinentes às construções de escritas biográficas de mulheres sergipanas que viveram entre os séculos XIX e XX e que permanecem silenciadas na história.

Etelvina formou-se no ano de 1885 e a partir da sua formação angariou prestígio profissional. No livro de matrícula do ensino particular em 1900 há o registro de que tinha um ensino particular misto na capital da Província sergipana e que fechou a aula por ter sido nomeada pelo governo para ocupar a escola pública de professora na Barra dos Coqueiros.

De maneira similar ao “Método Diagrama” Etelvina como professora Catedrática de Português labutava com trechos de textos literários retirando deles os sujeitos, as zeugmas e elipses das orações. Compôs textos de acordo com os acontecimentos da época. Os trechos contidos no hino escolar destacam que o destino do Brasil estava nas mãos das mulheres para mudar os pensamentos considerados “errôneos” e reprimir o mal que engendrava o analfabetismo.

Inaugurou o novo Prédio da Escola Normal no ano de 1911, proferindo um discurso no ato inaugurativo. Seus méritos tornaram-se cada vez mais conhecidos e divulgados publicamente. Em 02 de setembro de 1912 tornou-se professora catedrática de Português da Escola Normal dedicando-se no ano seguinte a escrita de hinos escolares publicados no “Hinário dos Grupos Escolares Singulares” iniciativa do Governo do General Antônio José Siqueira de Menezes.

O século XIX marcado pela valorização dos sentimentos, das emoções pessoais e aflorado pelo subjetivismo teve no Romantismo os auspícios das idéias liberais demarcadas pela concepção de homem livre. Como republicanas e abolicionistas o viés proferido em seus discursos encontrava-se dotado de emoção e permeado de mecanismos que primavam pelo futuro da população negra.

O segundo ponto nevrálgico para compreender os discursos do abolicionista e suas aproximações com os de Etelvina acerca da educação advém da mobilidade necessária à investigação dos diferentes pontos de tensão existentes no período. A Lei nº 2048 de 28 de setembro de 1871 ou Lei do Ventre Livre foi o segundo ponto nevrálgico para a compreensão do pensamento de Etelvina sobre as práticas educativas.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súbditos do Império que a Assembléia Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte: Art1º Os filhos da mulher escrava, que nascerem no império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. Os filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mais, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos.<sup>14</sup>

O espaço deixado pela Lei de atrelar a mulher escrava ao senhor de engenho era um problema para Francisco José Alves e Etelvina. Para analisar como se estabelecia na prática essa relação entre senhor e escravo na província sergipana torna-se importante compreender as questões vinculadas às relações de compadrio, a situação daqueles escravos que conseguiam tirar seu sustento através de um acordo com o senhor de engenho e daqueles que tinha as suas próprias moradias.

Há estudos que apontam outras facetas educacionais no âmbito doméstico da Província Sergipana. Albuquerque,<sup>15</sup> ao retomar a jornada pedagógica de Fraulein Marie Lassius (1861-1879), desvela a atuação da preceptoria na segunda metade do século XIX através das memórias de Aurélia Dias Rolleberg.

Torna-se necessário para a historiografia sergipana analisar o destino das mães libertas na Província Sergipana no sentido de compreender o cotidiano das mesmas e dos seus filhos. Alguns documentos do Fundo de Emancipação da Província Sergipana que foram analisados têm nos apontado que as mulheres pobres libertas geralmente atrelavam-se às atividades de cozinheiras, costureiras, lavadeiras e engomadeiras, resquícios das práticas realizadas nas casas de engenho.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Samuel B. de. 2003. Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879) In: **Cadernos da UFS- História da Educação**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Sergipe
- FREIRE, Ofenísia. 1988. Etelvina Amália de Siqueira: Pioneira das Instituições Sergipanas. In: **Cadernos de Cultura do Estudante**. Aracaju. ano v,n.5
- \_\_\_\_\_. 2002. Mulheres Sergipanas e a Imprensa: Primeiras aproximações. In: Revista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju: Universidade Federal de Sergipe. Ano LIX. nº 09.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves de. 2003. **Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED.
- HILDSDORF, Maria Lúcia Spedo. 2003. **História da Educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. 2004. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. 2002. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.
- PINA, Maria Ligia Madureira. 1979. **A Mulher na História**. São Carlos: T.A. Queiroz.
- SANTOS, Maria Nely. 1997. **A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz**: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade.

## NOTAS

\* Meirevandra Soares Figueirôa é mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e atualmente integra o Grupo de Estudos em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares na referida Universidade. meirevandra\_sf@yahoo.com.br

<sup>1</sup> SANTOS, Maria Nely.1997. **A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz**: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade.

<sup>2</sup> FREIRE, Ofenisia Soares. 1988. **Elevina Amália de Siqueira**: pioneira das intelectuais sergipanas. In: Caderno de Cultura do Estudante. AnoV nº 05, Aracaju: Universidade Federal de Sergipe-Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. pp.31-41

<sup>3</sup> Jornal “ O Sergipe,” 1881. Anno I p.02. col II

<sup>4</sup> FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. 2002. **Mulheres Sergipanas e a Imprensa**: primeiras aproximações. In: Revista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano LIX. nº 09. p.158

<sup>5</sup> HILDORF, Maria Lucia Spedo.2003. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. p.61

<sup>6</sup> MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. 2004. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo.p. 15-434

<sup>7</sup> Jornal “O Libertador”, 19 de outubro de 1882, AnnoII. n.25 p.02 col II

<sup>8</sup> MIGNOT, Ana Chystina Venâncio. 2002. **Baú de memória, bastidores de histórias**: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.p.40

<sup>9</sup> PINA, Maria Lígia.1979. **A Mulher na História**. São Paulo:T.A.Queiros.pp.297-299

<sup>10</sup> FREITAS. 2003. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/ NPGED p19-215.

<sup>11</sup> Jornal “ O Descrido” 10 de janeiro de. 1882 Anno I n.09 p.01 col I

<sup>12</sup> Jornal “A Discussão”, em 17 de junho de 1884, AnnoII. N 02.col II

<sup>13</sup> PINA, Maria Lígia.1979. Op.cit. p.298

<sup>14</sup>BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871. Tipografia Nacional .Rio de Janeiro.p 147-152

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE.Samuel B. de Medeiros. 2003. Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879). In: **Cadernos da UFS- História da Educação**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS. pp.67-78.

